

ANDRELLO, Geraldo (org.). *Rotas de criação e transformação: narrativas de origem dos povos indígenas do Rio Negro*. São Paulo, Instituto Socioambiental; São Gabriel da Cachoeira (AM), Foirn, 2012, 263 pp.

Diego Rosa Pedroso
Universidade de São Paulo

Rotas de criação e transformação, resultado de uma parceria entre o Instituto Socioambiental – ISA e a Federação das Organizações Indígenas do Alto Rio Negro – Foirn, é a reunião das contribuições apresentadas em seminário ocorrido em 2010 em São Gabriel da Cachoeira¹, devotado ao tema do registro e mapeamento das rotas de origem de povos indígenas, e se inseriu, por sua vez, no contexto mais amplo de discussões para pensar as bases de um programa regional de formação indígena de nível superior para o médio e alto rio Negro, área essa que circunscreve os municípios de Barcelos, Santa Izabel e São Gabriel da Cachoeira (estado do Amazonas). Diante dessa coletânea – bem cuidada do ponto de vista editorial, diga-se de passagem – muitas “rotas” de leitura seriam possíveis; o que segue é apenas uma dessas rotas, que tenta oferecer ao leitor um apanhado geral das contribuições da publicação e toma como guia dois temas que se configuram centrais na economia do livro: a inscrição das narrativas de origem na paisagem natural, e a colaboração entre antropólogos e pesquisadores indígenas.

Num primeiro momento, chamo a atenção para a macroestrutura do livro. Após uma introdução escrita pelo antropólogo Geraldo Andrello (organizador do volume), que situa o leitor em relação ao tema central da publicação, esta se divide em duas partes. A primeira, “Experiências de mapeamento participativo”, compõe-se de seis capítulos, os quais ex-

põem diversas experiências colaborativas entre antropólogos/arqueólogos e pesquisadores indígenas em torno do tema das narrativas de origem dos povos da região. A segunda parte, “Conhecimentos e lugares: análises etnográficas”, reúne quatro capítulos assinados por antropólogos e um quinto assinado por um arqueólogo, todos com longos anos de pesquisa na região do alto rio Negro. Se a segunda parte constitui-se de textos assinados individualmente, a primeira, por sua vez, com exceção do sexto capítulo, assinado pelo arqueólogo Raoni Valle, diz respeito a textos escritos em regime coautorial, reflexo das equipes interdisciplinares constituídas por antropólogos/arqueólogos e pesquisadores indígenas que levaram a cabo os diversos projetos relatados no livro.

A região do alto rio Negro é conhecida por sua diversidade cultural e linguística: são 21 povos falantes de diferentes línguas aparentadas ou não; e essa “diversidade de grupos sociais é ainda maior se considerarmos que cada um desses 21 povos possui várias subdivisões, designadas pela literatura antropológica da região como fratrias e sib/clã” (: 211). Esses povos pertencem principalmente a três famílias linguísticas: tukano oriental, arawak e maku. Como lembra o arqueólogo Eduardo Neves, as fontes (etnografias, crônicas e relatos escritos desde o século XVIII por missionários, militares, burocratas e naturalistas que passaram pela região) nos mostram “que os povos indígenas do alto rio Negro compartilham uma série de características particulares no âmbito das sociedades indígenas da Amazônia” (: 224), conformando, assim, um sistema regional multiétnico.

Entre essas características compartilhadas, destaquemos aquela das *narrativas de origem*. De modo geral, os povos do alto rio Negro compartilham narrativas que falam de “um movimento primordial ao longo dos rios da região, através do qual a humanidade se transformou no que é, deixando atrás de si o mundo subaquático no qual paulatinamente ganhou força e forma”, isto é, trata-se da história da viagem mítica da cobra-canoa

ancestral, “que conduziu os avós longínquos dos grupos indígenas a seus territórios atuais” (: 14). Ao longo de seu movimento pelos rios, por meio de sucessivas paradas em locais denominados “Casas de Transformação”, ocorrem os processos de conformação e diferenciação das primeiras pessoas (os ancestrais) que engendram as atuais diferenças entre os povos e os sibs (clãs) da região. Assim, esses processos de diferenciação encontram-se registrados nos elementos das paisagens e em sua toponímia.

Trata-se de um tema antigo, portanto, amplamente atestado nas etnografias elaboradas pelas sucessivas gerações de pesquisadores que se dirigiram à região do alto rio Negro, mas que apenas recentemente passou a receber a devida atenção por parte dos antropólogos e arqueólogos. Eis porque o livro reúne trabalhos que mostram “em seu conjunto uma associação fundamental da história, tal como concebida localmente, à geografia, uma memória social guardada ao longo dos rios, nas cachoeiras, pedrais, praias, estirões, remansos, paranás, e assim por diante, com os quais nos deparamos ao navegar por esses percursos” (: 8). Esse interesse recente é duplo, sendo levado a cabo em pesquisas conduzidas por antropólogos/arqueólogos e, sobretudo, pelos próprios indígenas da região. Tratemos mais de perto dos trabalhos que compõem o livro para que o leitor veja como isso se dá.

Como dito, a primeira parte do livro reúne relatos de experiências conduzidas conjuntamente por antropólogos e indígenas. Desse modo, o primeiro capítulo descreve “um conjunto de atividades e discussões travadas sobre a identificação de sítios sagrados existentes na localidade de Iauaretê, situada na Terra Indígena Alto Rio Negro às margens do médio rio Uaupés, entre 2004 e 2011” (: 18). Atividades essas que, entre outras coisas, culminaram no registro da Cachoeira de Iauaretê como patrimônio cultural brasileiro, em 2006.

O segundo capítulo, assinado por Aloísio Cabalzar e Higino P. Tenório, fala sobre o interesse recente dos Tuyuka numa reaproximação dos

jovens com os conhecedores mais velhos, interesse esse que se traduz numa série de atividades e iniciativas. O texto trata especificamente de uma dessas iniciativas, a viagem a trecho do rio Negro e Uaupés, com o objetivo de ver os lugares de origem de seu povo. Nos termos dos autores, o “objetivo inicial foi ver ou rever esses lugares, conhecê-los pessoalmente, falar com os moradores e conversar em tuyuka sobre esses lugares. Mais do que isso, mapear os lugares importantes (*niro makawi*) na trajetória de transformação dos Filhos da Cobra de Pedra” (: 44).

O terceiro capítulo é um relato do desenvolvimento do projeto “Tras las Huellas de Nuestro Territorio”, iniciado em 2003, e fruto do trabalho conjunto envolvendo as comunidades indígenas da região do Pirá-Paraná, a associação Acaipi e a Fundação Gaia-Amazonas. Nesse projeto, as comunidades “se movilizaron en torno a la reconexión de los circuitos de transmisión del saber ancestral para ordenar el manejo del territorio, a partir de la recuperación de las historias de origen de los diferentes grupos étnicos que habitan en el Pirá-Paraná” (: 55).

O quarto capítulo relata o Projeto Podáali, idealizado por Luis Laureano da Silva, Baniwa Hoohodene, e realizado pela comunidade de Itacoatiara-Mirim, comunidade peri-urbana localizada na Zona Comunitária Indígena de São Gabriel da Cachoeira. O projeto teve como eixo principal o lugar central da música na atividade dos rituais baniwa e sua apropriação pelos Baniwa de Itacoatiara-Mirim.

O quinto capítulo, por sua vez, apresenta três experiências que

[...] congregam, simultaneamente, investigação científica, participação feminina na etnopolítica do alto rio Negro, estímulo às vocações para pesquisa, apoio à revitalização cultural e ao ensino diferenciado em escolas indígenas de ensino fundamental e na formação dos agentes indígenas de saúde da etnia Baniwa (: 90).

A primeira experiência diz respeito à criação da Mitoteca na Escola Indígena Baniwa e Coripaco Pamáali (no trecho médio do rio Içana), isto é, constituição de um acervo de narrativas indígenas. O segundo projeto desenvolveu-se em torno da realização de oficinas com mulheres sobre comidas tradicionais indígenas e ocorreu em São Gabriel da Cachoeira, resultando na publicação de um livro de ampla repercussão, cuja edição encontra-se atualmente esgotada. O terceiro projeto, em andamento, entre outros objetivos, visa estimular a “revitalização, a preservação e recriação da cultura alimentar baniwa por meio de estratégias de ensino-aprendizado intergeracional e de gênero, documentação e divulgação dos conhecimentos, valores e práticas alimentares, em espaços intercomunais e interétnicos” (: 99).

Se os cinco primeiros capítulos são escritos em regime coautorial, envolvendo antropólogos e pesquisadores indígenas, o sexto, por sua vez, é assinado pelo arqueólogo Raoni Valle, e oferece uma síntese teórico-metodológica acerca dos estudos sobre a dita arte rupestre amazônica, especificamente no alto rio Negro – lugar, segundo o pesquisador, especial e privilegiado para a pesquisa com os registros rupestres. Além desse quadro geral, Valle aponta a importância de novas pesquisas na região e do trabalho colaborativo com indígenas.

A segunda parte da obra reúne trabalhos de pesquisadores que vêm se debruçando, direta ou indiretamente, sobre o tema da intersecção entre narrativas míticas e paisagem natural. Stephen Hugh-Jones abre essa parte, com um texto no qual examina a relação entre diferentes modalidades indígenas de discurso e música e várias formas iconográficas. Seu interesse é com “a maneira pela qual a mito-história é estruturada e memorizada, e com a maneira pela qual esta pode se manifestar também em diferentes formas materiais, não verbais”, isto é, “como formas verbais e não verbais se relacionam e operam juntas enquanto sistema integrado”, e “em como isso pode nos ajudar a compreen-

der as ideias indígenas de tempo e história, e em como formas orais e gráficas tradicionais perpassam documentos escritos mais recentes” (: 138-139).

Em seguida, Luis Cayon, a partir de sua experiência de campo de longos anos junto aos Makuna do Pirá-Paraná, desenvolve alguns aspectos da intersecção entre território e xamanismo, isto é, a inscrição de um sistema de conhecimento xamânico no espaço, apontando para uma geografia xamânica que ainda aguarda investidas por parte da etnologia regional.

O capítulo seguinte, de Caco Xavier, tece alguns comentários sobre os petroglifos localizados às margens do rio Içana, habitado pelos Baniwa (baixo e médio curso) e pelos Coripaco (alto curso). Seu texto busca explorar aquilo que o autor chama de “vida social” dos signos (os petroglifos), isto é, “suas relações numa complexa rede sócio-técnica de significação” (: 200).

O penúltimo artigo, de Pedro Lolli, explora a relação entre a narrativa mítica da viagem da cobra-canoa e a territorialidade a partir das formulações dos Yuhupdeh (grupo maku), mais especificamente, de um agrupamento que vive na região do igarapé Castanha, um afluente do médio Tiquié. O autor mostra que a paisagem não pode ser pensada apenas em seu aspecto espacial, pois “mais do que apenas localidades essas paisagens são historicidades, pois guardam a memória dos itinerários de seus habitantes” (: 218). Evidencia-se, portanto, que o conhecimento é indissociável da paisagem, ou seja, quando as pessoas seguem os mesmos caminhos de seus ancestrais, a memória da trajetória percorrida nos tempos míticos se reaviva, o que aponta para uma transmissão de conhecimento que se dá nas idas e vindas das pessoas, “é viajando que a pessoa adquire conhecimento” (: 221). Assim, o conhecimento não se atualiza apenas na narração dos episódios míticos, mas também pelo ato de refazer o percurso dos ancestrais.

Por fim, tal como a primeira parte do livro se encerra com um artigo assinado por um arqueólogo, essa segunda parte termina com o trabalho de Eduardo Neves que, a partir de suas pesquisas arqueológicas entre os Tariano do médio/baixo Uaupés, objetiva mostrar como o “rico repertório de narrativas históricas desses grupos [do rio Negro], expresso e transmitido oralmente, pode ser utilizado juntamente com dados arqueológicos, com o objetivo de construir outras narrativas sobre a história de longa duração desses povos e áreas” (: 223). Sua pesquisa arqueológica entre os Tariano, entre outros aspectos, permitiu a esse arqueólogo sustentar a hipótese (muito discutida na literatura etnográfica da região) segundo a qual:

[...] mesmo em face das mudanças demográficas, sociais e culturais provocadas pela conquista, o sistema regional do alto rio Negro é estruturalmente similar ao que era antes do século XVI. Isto é explicado pela dinâmica da mudança social no alto rio Negro que foi estruturalmente condicionada pelas categorias culturais indígenas, tanto antes como depois da conquista (: 236-238).

O livro, aqui apresentado em seus contornos gerais, configura, portanto, um conjunto de reflexões sobre o tema da inscrição das narrativas de origem na paisagem natural. Ao mesmo tempo, é um convite à pesquisa, pois se trata de uma questão cuja complexidade apenas começa a ser delineada – pesquisa que toma como condição de possibilidade o trabalho interdisciplinar, sobretudo da antropologia e da arqueologia, e colaborativo, entre antropólogos/arqueólogos e pesquisadores indígenas. Nas palavras de Andrello, “o interesse nas pesquisas sobre lugares sagrados continua, abrindo novas perspectivas políticas e intelectuais para os povos indígenas do rio Negro e seus interlocutores” (: 39).

Notas

- ¹ Esse seminário ocorreu em 24 de novembro de 2010, e seguiu-se ao primeiro, dedicado ao tema “O manejo do mundo”, ocorrido em 11-15 de abril de 2010, também em São Gabriel da Cachoeira (AM).